



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de transporte, que disponha de veículos com capacidade mínima de 38 lugares com mínimo de 50% da frota com acesso para cadeirantes, micro ônibus com capacidade mínima de 22 lugares com acesso para transportar 02 cadeirantes, veículo em excelente estado com máximo de 05 anos de fabricação, combustível, motorista capacitado e habilitado e monitor para atendimento de rotas escolares.

O valor mensal será cobrado por KM rodado, conforme proposta vencedora. A quilometragem total contratada é de 251.112 Km de veículos de capacidade mínima de 38 lugares e 45.920 Km de micro ônibus com capacidade mínima de 22 lugares com acesso para 02 cadeirantes.

2. JUSTIFICATIVA

Atender a demanda de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

3.2. A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratuais, conforme disposto no Termo de Referência.

3.3. A Contratada deverá dispor de profissionais capacitados para a execução dos serviços de modo a assegurar a garantia dos serviços.

3.4. O prazo da execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a partir da ordem de serviço

3.5. O serviço iniciará no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da ordem de serviço emitida pelo fiscal do contrato.

ITEM	DESCRIÇÃO	KM DIÁRIO TOTAL	DIAS LETIVOS ESTIMATI VO	KM TOTAL
1	Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de transporte que disponha de veículo ÔNIBUS com capacidade mínima de 38 (trinta e oito) lugares e acesso para cadeirantes para atendimento de rotas escolas.E.M. José Texeira Paulo(balneário),E. M. Mirian Alves de Macedo Guimarães (botafofo),E. M. Quilombola Rosa Geralda da Silveira (trimumu/botafofo),E. M. Quilombola Rosa Geralda da Silveira (trevo de búzios),E. Mz. Retiro(retiro),E. M. Dr. Plínio de Assis Tavares (retiro),E. M. Antônio Vaz da Silva X E. M. Pequiá(Gelson Pinheiro),E. M. PequiáX E. M. Antônio Vaz da Silva (Rua do Fogo),E. M. São Francisco de Assis(P. Arruda X P. Ambrosio),E. M.São Francisco de Assis (P. Ambrosio X P. Arruda)E. M.Barnabé Mariano de Souza (Café),E. M. Barnabé Mariano de Souza (São Matheus Cajaeiro, cruz),E. M. Profª Maria da Glória dos Santos Motta (P.Linda/Rodovia),E. M. Profª Maria da Glória dos Santos Motta (Flexeira/Balneário),E. Mz.Manoel Martins Teixeira (P.linda/Rodovia),E. Mz.Manoel Martins Teixeira (Balneário),E. M. Elízio Henrique de Paiva (Flexeira),E. Mz. Elizio da Costa Moreira (Três Vendas),E. Mz. Capitão Costa (Flexeira/Cruz),E. Mz. Capitão Costa (Estrelinha/Cruz),E. M. Francisco Paes de Carvalho Filho (Boa Vista/Baleia)E. M. Francisco Paes de Carvalho Filho Centro/Boqueirão)	1.255,56	200	251.112



2	Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de transporte que disponha de veículo MICRO ÔNIBUS com capacidade mínima de 22 lugares, ar condicionado com acesso para transportar 02 cadeirantes, para atendimento de rotas escolares E.M de Educação Especial Pedro Lobo de Andrade (Praia Linda) e E.M. de Educação Especial Pedro Paulo Lobo de Andrade (Alecrim)	229,6	200	45.920
---	--	-------	-----	--------

A Contratada deverá executar os serviços de acordo com a rota e horário escolar de cada Unidade atendida, podendo sofrer alterações de acordo com a demanda de matrículas.

4. . OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. Apresentar ao fiscal do processo em até 05 (cinco) dias após a ordem de início dos serviços os veículos que irão prestar os serviços, juntamente com os documentos emitidos pelos órgãos fiscalizadores conforme Código de Trânsito Brasileiro e Lei Municipal nº 1710 de 27 de maio de 2003.

4.2. Manutenção, seguro e substituição de veículos em 24h no caso de sinistro e defeitos graves estão incluídos no valor.

4.3. Motorista, monitor e combustível por conta do contratado.

4.4. A contratada deverá seguir o que dispõe a Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), em especial o disposto nos artigos 136 à 138, com relação à segurança no transporte de passageiros, especialmente crianças, cabendo à CONTRATADA toda a responsabilidade por quaisquer acidente;

4.5. Utilizar para o transporte escolar somente veículos em ótimas condições de uso e conservação, devidamente inspecionados e autorizados pelo DETRAN/RJ, devendo a autorização em questão ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de pessoas em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante do veículo;

4.6. Executar o transporte dos alunos, obedecendo às normas do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Guia de Transporte Escolar do FNDE (Anexo II) e Lei Municipal 1710 de 27 de maio de 2003.

4.7. Realizar as vistorias do DETRAN/RJ de acordo com o seu calendário anual;

4.8. Vistoriar semestralmente os veículos a partir da ordem de início dos serviços de acordo com art. 33, inciso VII da Lei Municipal 1710 de 27 de maio de 2003.

4.9. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.10. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

4.11. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.12. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que executarão o serviço;



- 4.13.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 4.14.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da SEMED, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- 4.15.** Relatar à SEMED toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 4.16.** Não permitir a utilização do trabalho do menor;
- 4.17.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.18.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 4.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.20.** Responsabilizar-se pelo custo de fabricação e fixação de placa de identificação da Secretaria Municipal de Educação, a placa será fixada no interior do veículo próximo ao para-brisa, de forma visível. Placa deverá ser de acordo com anexo I, com dimensões 21cm x 29 cm.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1.** Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 5.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.3.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.4.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 5.5.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- 5.6.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. CONTROLE DA EXECUÇÃO:

- 6.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados,



de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.3. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.4. O fiscal deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.5. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicado às sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.8. O fiscal, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.12. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:



7.2. Advertência;

7.3. Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

7.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

7.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.6. A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.8. A penalidade por multa será:

7.9. De 20% (vinte por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

7.10. De 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

7.11. De 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

7.12. **O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.**

7.13. **O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.**

8. DA SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO

São Pedro da Aldeia, 27 de maio de 2021.

ALLAN RODRIGUES DOS SANTOS
Diretoria de Transporte
Mat. 38.193



Anexo I

29 cm



21cm

Anexo II



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Guia de Transporte Escola FNDE